

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA**

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE PENSOS DE EFEITO
TERAPÊUTICO PARA A SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

PROCESSO N.º **21DC32CPU011**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO URGENTE**

ÍNDICE

1.	OBJETO DO CONCURSO	3
2.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	3
3.	DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EXECUÇÃO DO CONTRATO A CELEBRAR	3
4.	REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	3
5.	AGRUPAMENTOS	4
6.	REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA	5
7.	INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO.....	5
8.	PREÇO BASE.....	6
9.	REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS	7
10.	FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	8
11.	REVISÃO DE PREÇOS	8
12.	ADIANTAMENTOS	8
14.	MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO	9
15.	PENALIDADES	9
16.	SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
17.	RESPONSABILIDADE	11
18.	RESOLUÇÃO.....	11
19.	CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML	12
20.	ATOS DE TERCEIROS.....	12
22.	DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	13
23.	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	13
24.	CONFIDENCIALIDADE	15
26.	COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	16
27.	GESTOR DO CONTRATO.....	16
28.	FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	16
	PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	17
29.	IDENTIFICAÇÃO DOS BENS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTIMADAS	17
30.	OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	21
31.	CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS BENS E LOCAIS DE ENTREGA	22
32.	CONFORMIDADE DOS BENS.....	23

ANEXO:

ANEXO A: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do concurso público urgente para a **Aquisição de Pensos de Efeito Terapêutico para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** em conformidade com as cláusulas técnicas definidas neste caderno de encargos.
- 1.2. O presente procedimento encontra-se organizado por **47 (quarenta e sete) LOTES**, cuja composição está descrita no quadro da cláusula **29**. deste caderno de encargos.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EXECUÇÃO DO CONTRATO A CELEBRAR

Na execução do contrato objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a) Este Caderno de Encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimimentos de erros e omissões identificados pelo Interessado e expressamente aceites pela SCML, e ainda a proposta do Adjudicatário e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no Programa;
- b) Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto do contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante;
- c) As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1. Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
- 1.º Os termos dos suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pela SCML e expressamente aceites pela SCML;

- 2.º Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente caderno de encargos;
 - 3.º O presente caderno de encargos, com todos os documentos que o constituem;
 - 4.º A proposta do adjudicatário;
 - 5.º Os esclarecimentos sobre a proposta do adjudicatário, prestados pelo mesmo.
- 4.2. As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato e o clausulado deste resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4.3. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o adjudicatário deverá:
- a) Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
 - b) Se as dúvidas ocorrerem após o início do contrato, o adjudicatário deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual das prestações contratuais, tal como previsto neste caderno de encargos.
- 4.4. A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do **número** anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1. As entidades associadas para executar as prestações contratuais objeto deste caderno de encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no programa do concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.
- 5.2. No caso previsto no número anterior, a SCML celebrará um único contrato de fornecimento de bens com o agrupamento, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente e cada um por si perante a SCML, pelo cumprimento integral do contrato que firmaram.
- 5.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida, a sua responsabilidade pelo fornecimento de todos os bens perante a SCML transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.

- 5.4.** No caso previsto do número anterior, a SCML, se o entender, poderá ainda rescindir o contrato, sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do agrupamento/consórcio, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.5.** Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento/consórcio depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deverá ser solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
- 5.6.** O agrupamento/consórcio deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do adjudicatário.
- 5.7.** O adjudicatário, seja empresa individual, agrupamento ou consórcio, sempre que modificar os seus estatutos e escritórios permanentes deverá comunicar esse facto de imediato à SCML, de modo a se garantirem permanentemente os contactos técnicos e administrativos durante o período de vigência do contrato.
- 5.8.** Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar todos os membros do agrupamento se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA

A SCML reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer bens a que se refere o presente caderno de encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com o adjudicatário.

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1.** O(s) contrato(s) a celebrar na sequência do presente procedimento entra(m) em vigor após a entrega completa dos documentos de habilitação válidos, e terá a duração contratual máxima de **6 (seis) meses** a contar daquela data.
- 7.2.** Independentemente das quantidades efetivamente fornecidas durante o prazo de execução contratual, o contrato cessará a sua vigência na ocorrência da primeira das seguintes situações:
 - 7.2.1.** Atingido o prazo máximo de duração definido no **número 7.1** da presente cláusula;
 - 7.2.2.** Durante a sua execução, uma vez esgotado o preço contratual.
- 7.3.** Não obstante o disposto no **número** anterior, o(s) contrato(s) mantém-se em vigor desde a data da entrega completa dos documentos de habilitação válidos, até ao fornecimento integral dos bens objeto do presente procedimento, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

8. PREÇO BASE

8.1. Para o fornecimento de todos os bens objeto do(s) contrato(s) a celebrar, que englobe os 47 (quarenta e sete) LOTES, o preço base global é de € 96.140,00 (noventa e seis mil cento e quarenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo para cada LOTE o seguinte:

- 8.1.1.** Lote 1 - € 3.940,00 (três mil novecentos e quarenta euros);
- 8.1.2.** Lote 2 - € 11.620,00 (onze mil seiscentos e vinte euros);
- 8.1.3.** Lote 3 - € 11.040,00 (onze mil e quarenta euros);
- 8.1.4.** Lote 4 - € 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta euros);
- 8.1.5.** Lote 5 - € 2.060,00 (dois mil e sessenta euros);
- 8.1.6.** Lote 6 - € 640,00 (seiscentos e quarenta euros);
- 8.1.7.** Lote 7 - € 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta euros);
- 8.1.8.** Lote 8 - € 460,00 (quatrocentos e sessenta euros);
- 8.1.9.** Lote 9 - € 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta euros);
- 8.1.10.** Lote 10 - € 5.010,00 (cinco mil e dez euros);
- 8.1.11.** Lote 11 - € 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta euros);
- 8.1.12.** Lote 12 - € 950,00 (novecentos e cinquenta euros);
- 8.1.13.** Lote 13 - € 430,00 (quatrocentos e trinta euros);
- 8.1.14.** Lote 14 - € 780,00 (setecentos e oitenta euros);
- 8.1.15.** Lote 15 - € 1.160,00 (mil cento e sessenta euros);
- 8.1.16.** Lote 16 - € 150,00 (cento e cinquenta euros);
- 8.1.17.** Lote 17 - € 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta euros);
- 8.1.18.** Lote 18 - € 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros);
- 8.1.19.** Lote 19 - € 2.580,00 (dois mil quinhentos e oitenta euros);
- 8.1.20.** Lote 20 - € 4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte euros);
- 8.1.21.** Lote 21 - € 1.400,00 (mil e quatrocentos euros);
- 8.1.22.** Lote 22 - € 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta euros);
- 8.1.23.** Lote 23 - € 7.200,00 (sete mil e duzentos euros);
- 8.1.24.** Lote 24 - € 4.540,00 (quatro mil quinhentos e quarenta euros);
- 8.1.25.** Lote 25 - € 400,00 (quatrocentos euros);
- 8.1.26.** Lote 26 - € 1.180,00 (mil cento e oitenta euros);
- 8.1.27.** Lote 27 - € 1.580,00 (mil quinhentos e oitenta euros);
- 8.1.28.** Lote 28 - € 2.110,00 (dois mil, cento e dez euros);
- 8.1.29.** Lote 29 - € 1.660,00 (mil seiscentos e sessenta euros);
- 8.1.30.** Lote 30 - € 1.870,00 (mil oitocentos e sessenta euros);
- 8.1.31.** Lote 31 - € 120,00 (cento e vinte euros);
- 8.1.32.** Lote 32 - € 60,00 (sessenta euros);
- 8.1.33.** Lote 33 - € 1.360,00 (mil trezentos e sessenta euros);
- 8.1.34.** Lote 34 - € 130,00 (cento e trinta euros);

- 8.1.35.** Lote 35 - € 600,00 (seiscentos euros);
 - 8.1.36.** Lote 36 - € 1.000,00 (mil euros);
 - 8.1.37.** Lote 37 - € 1.025,00 (mil e vinte e cinco euros);
 - 8.1.38.** Lote 38 - € 340,00 (trezentos e quarenta euros);
 - 8.1.39.** Lote 39 - € 380,00 (trezentos e oitenta euros);
 - 8.1.40.** Lote 40 - € 260,00 (duzentos e sessenta euros);
 - 8.1.41.** Lote 41 - € 910,00 (novecentos e dez euros);
 - 8.1.42.** Lote 42 - € 1.560,00 (mil quinhentos e sessenta euros);
 - 8.1.43.** Lote 43 - € 130,00 (cento e trinta euros);
 - 8.1.44.** Lote 44 - € 25,00 (vinte e cinco euros);
 - 8.1.45.** Lote 45 - € 400,00 (quatrocentos euros);
 - 8.1.46.** Lote 46 - € 300,00 (trezentos euros);
 - 8.1.47.** Lote 47 - € 210,00 (duzentos e dez euros).
- 8.2.** O preço base global e os preços base por **LOTE** foram fixados com base na consulta preliminar ao mercado realizada e no valor dos últimos fornecimentos de bens do mesmo tipo.
- 8.3.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a SCML pagará ao adjudicatário, unicamente, o resultado da aplicação de preços unitários constantes da proposta adjudicada, às quantidades efetivamente requisitadas e fornecidas.
- 8.4.** O preço inclui todos os custos, despesas e encargos que o adjudicatário tenha que suportar para assegurar o fornecimento objeto do presente procedimento.
- 8.5.** A SCML reserva-se o direito de não adquirir a totalidade das quantidades referidas na **cláusula 29.** do presente caderno de encargos, por as mesmas serem **meras estimativas**, o que a ocorrer em caso algum conferirá ao adjudicatário direito a ser indemnizado, seja a que título for.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS

- 9.1.** Pelo fornecimento de bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a SCML obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 9.2.** O adjudicatário obriga-se a executar pelos preços constantes do contrato, do qual a sua proposta fará parte integrante, todos os fornecimentos constantes deste caderno de encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os fornecimentos subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelo (s) seu (s) representante (s).

- 9.3.** No decurso da execução do fornecimento, a SCML pode solicitar ao adjudicatário a suspensão total ou a transferência para outro local de entrega dos bens a fornecer, comprometendo-se o adjudicatário a manter os preços e as restantes condições acordadas.

10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico, e enviadas diretamente ao Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML, para o endereço faturaeletronica@scml.pt devendo mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML, o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 10.2.** Sem prejuízo do previsto no número anterior, nos prazos e para as entidades previstas na lei, é permitido o envio das faturas por outros suportes que não os eletrónicos para o endereço eletrónico fatura@scml.pt, ou na impossibilidade de processamento de faturas digitais, as mesmas deverão ser enviadas para a morada do referido Núcleo sito na Calçada da Glória, n.º 53 1250-112 Lisboa.
- 10.3.** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de **30 (trinta) dias seguidos** a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, desde que as mesmas tenham tido aprovação da SCML.
- 10.4.** Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com o contrato, esta comunicará tal decisão ao adjudicatário, sendo as mesmas devolvidas, não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
- 10.5.** O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da cláusula 18. do presente caderno de encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

Não há lugar a revisão de preços.

12. ADIANTAMENTOS

No âmbito da presente aquisição de bens não há lugar a adiantamentos

13. SEGURO

- 13.1.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades referidas no presente caderno de encargos e sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste caderno de encargos, deverá o adjudicatário possuir seguro relativo à sua atividade, cobrindo todos os danos patrimoniais e não patrimoniais causados à SCML ou a

terceiros emergentes da execução do contrato a celebrar na sequência deste procedimento, nomeadamente, deverá ser tomador da apólice de seguro de Seguro de Responsabilidade Civil.

- 13.2.** Os encargos referentes ao seguro imposto por este caderno de encargos são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.
- 13.3.** O seguro deverá ser contratados junto de uma Seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.
- 13.4.** A SCML, ou seu representante, poderão exigir a todo o momento ao adjudicatário a apresentação de cópia dos recibos comprovativos do pagamento dos prémios da apólice de seguro.
- 13.5.** Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será de conta do adjudicatário.
- 13.6.** A apólice de seguro referida no número 13.1. da presente cláusula rege-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas às mesmas é o de Lisboa.

14. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

- 14.1.** O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:
 - 14.1.1.** Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
 - 14.1.2.** Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes;
- 14.2.** A modificação do contrato encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

15. PENALIDADES

- 15.1.** No caso de o adjudicatário não efetuar o fornecimento dos bens contratados no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou nas estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:
 - 15.1.1.** Resolver o contrato nos termos legais;
 - 15.1.2.** Adquirir os bens em falta ou desconformes no mercado, ficando a diferença de preços, e restantes encargos, a cargo do adjudicatário.
- 15.2.** A SCML poderá, até ao limite de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, aplicar uma penalidade diária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual, por cada dia de atraso, quando:
 - 15.2.1.** Forem excedidos os respetivos prazos; ou;

- 15.2.2.** O fornecimento dos bens não estiver conforme o exigido no presente caderno de encargos, e o adjudicatário não tenha corrigido no prazo fixado para o efeito pela SCML.
- 15.3.** O gestor do contrato pode propor a aplicação das penalidades que considere mais adequadas para o tipo de contrato em causa, tendo sempre em atenção o limite máximo de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, o qual pode ser elevado para **30% (trinta por cento)** nos casos do artigo 329.º n.º 3 do CCP.
- 15.4.** As importâncias resultantes das penalidades aplicadas serão descontadas em faturas por liquidar.
- 15.5.** Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a 20% (vinte por cento) do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução do contrato nos termos estabelecidos neste caderno de encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.
- 15.6.** A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
- 16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**
- 16.1.** O adjudicatário não poderá por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos fornecimentos objeto do contrato a celebrar por subcontratação, nem poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.
- 16.2.** No caso de subcontratação, o adjudicatário permanece integralmente responsável perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes do contrato.
- 16.3.** Em caso de incumprimento pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, que venha da ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato, nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.4.** A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 16.5.** Os direitos e obrigações do adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.6.** A posição contratual do adjudicatário nos subcontratos por si celebrados transmitem-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.

16.7. A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

17. RESPONSABILIDADE

17.1. Se o adjudicatário ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverá o adjudicatário indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.

17.2. O adjudicatário assume integral responsabilidade pelos bens fornecidos, sendo o único responsável perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.

17.3. O adjudicatário responde, nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o adjudicatário provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela SCML.

17.4. Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato resultem de dados fornecidos por escrito pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.

17.5. Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.

17.6. As ações de supervisão da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Adjudicatário no que se refere à sua execução do contrato.

18. RESOLUÇÃO

18.1. Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo adjudicatário, após este último ter sido notificado desse não cumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação.

18.2. A SCML poderá resolver de forma imediata o contrato em caso de incumprimento por parte do adjudicatário, designadamente, nos casos seguintes:

18.3. Se o adjudicatário, sem prévia autorização escrita da SCML, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente fornecimento de bens;

18.4. Se se verificar o previsto em 15.5.;

18.5. Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução contratual;

18.6. Se se verificar a obstrução à atuação da SCML, a quem compete a verificação da execução do presente fornecimento de bens.

- 18.7.** O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclui o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do adjudicatário e da resolução.
- 18.8.** Se a resolução for imputável ao adjudicatário, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos bens, afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.
- 18.9.** Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do adjudicatário será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML, o mesmo deverá ser pago pelo adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias seguidos após a sua notificação.
- 18.10.** A SCML, independentemente da conduta do adjudicatário, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, o contrato com o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, será enviada com a maior antecedência possível.
- 18.11.** A SCML poderá ainda resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

19. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o adjudicatário fica obrigado a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO A** do presente caderno de encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt>.

20. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que o adjudicatário sofra impedimentos na execução dos fornecimentos dos bens para que fora contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** a contar da data da ocorrência, informar a SCML de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

21. PUBLICIDADE

O adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

22. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 22.1.** São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, no fornecimento de bens objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registrados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respectivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos.
- 22.2.** Caso a SCML venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelo adjudicatário do disposto no número 22.1 da presente cláusula, adjudicatário indenizará a SCML por todas as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

23. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 23.1.** Sempre que a execução do contrato implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, o adjudicatário obriga-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
- 23.2.** Por “tratamento de dados pessoais” ou “tratamento”, entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.
- 23.3.** Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, o adjudicatário obriga-se a:
- 23.3.1.** Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;
 - 23.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
 - 23.3.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
 - 23.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;

- 23.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 23.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- 23.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
- 23.3.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 23.3.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor do adjudicatário, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
- 23.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluído o fornecimento de bens relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;
- 23.3.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.
- 23.4.** O adjudicatário obriga-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respetivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:
- 23.4.1.** Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo adjudicatário no âmbito do presente procedimento;

23.4.2. A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.

23.5. A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelo adjudicatário, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para o adjudicatário, mantendo-se este, em todo o caso, plenamente responsável perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.

24. CONFIDENCIALIDADE

24.1. O adjudicatário (incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados) obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do Contrato, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo, salvo motivo legal ou requerimento judicial.

24.2. Esta obrigação de confidencialidade não abrange a informação que, previamente ao fornecimento da informação, já tenha sido legitimamente divulgada por ou a terceiros.

24.3. Além da informação referida no número anterior, não se considera como sujeita à obrigação de confidencialidade a informação que:

Se encontre disponível para o público em geral;

24.3.2. Ambas as partes acordem, por escrito, na possibilidade da sua divulgação;

24.3.3. Seja transmitida a qualquer das partes por terceiro;

24.3.4. Já fosse do conhecimento de qualquer das partes à data da celebração do contrato;

24.3.5. Seja divulgada no cumprimento de uma ordem judicial ou de uma entidade reguladora com a necessária autoridade.

24.4. A obrigação de confidencialidade mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança às pessoas coletivas.

25. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

25.1. Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 10 (dez) dias seguidos, através de carta registada com aviso de receção do presente caderno de encargos, para que de colaboração as Partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.

- 25.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução do contrato objeto do presente procedimento por parte do adjudicatário, a SCML poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

26. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 26.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da SCML indicada na cláusula 2. do presente caderno de encargos.
- 26.2.** Qualquer alteração das informações de contato constantes no caderno de encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

27. GESTOR DO CONTRATO

- 27.1.** A SCML designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 27.2.** Ao gestor do contrato compete, em caso de deteção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
- 27.3.** O adjudicatário deverá comunicar à SCML, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução do contrato.

28. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 28.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos ao presente fornecimento de bens, será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
- 28.2.** Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

29. IDENTIFICAÇÃO DOS BENS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTIMADAS

Lote	Descrição	Especificações Técnicas	Quantidades Estimadas 6 meses
1	Alginato cálcio c/ prata 10x10cm n aderente	Penso composto por fibras de alginato de cálcio impregnadas com prata sem rebordo. Tamanho de 10 cm x 10 cm	1575
2	Carboximetilcelulose c/ prata 10x10cm	Penso com duas ou mais camadas de fibras de carboximetilcelulose sódica, reforço com fibras de celulose, prata iônica e propriedades anti biofilme sem rebordo. Tamanho de 10 cm x 10 cm	3140
3	Carboximetilcelulose c/ prata 15x15cm	Penso com duas ou mais camadas de fibras de carboximetilcelulose sódica, reforço com fibras de celulose, prata iônica e propriedades anti biofilme sem rebordo. Tamanho de 15 cm x 15 cm	1380
4	Ácidos gordos c/prata 10x10cm penso top	Matriz em malha impregnada com prata e, vaselina ou ácidos gordos, não aderente sem rebordo. Tamanho de 10 a 12 cm x 10 cm	1421
5	Ácidos gordos c/prata 10x20cm penso top	Matriz em malha impregnada com prata e, vaselina ou ácidos gordos, não aderente sem rebordo. Tamanho de 10 a 15 cm x 20 cm	790
6	Mel alginato de cálcio impregnadas 10x10cm	Penso composto por fibras de alginato de cálcio impregnadas com 100% de mel sem rebordo. Tamanho de 10 cm x 10 cm	135
7	Mel pensos impregnados 10x10cm	Matrix sintética ou de celulose, não aderente impregnada com aproximadamente 100% de mel de grau clínico sem rebordo. Tamanho de 10 cm x 10 cm	950
8	Gaze gorda c/ clorhexidina est 5x5cm	Matriz de algodão impregnada com parafina e acetato de clorhexidina a 0,5% sem rebordo. Tamanho de 5 cm x 5 cm	1805
9	Gaze c/ iodoforos est indiv 5x5cm	Matrix sintética não aderente impregnada em polietilenoglicol e iodopovidona a 10% sem rebordo. Tamanho de 5 cm x 5 cm	4630
10	Gaze iodoformada 10x10cm penso top	Matrix sintética não aderente impregnada em polietilenoglicol e iodopovidona a 10% sem rebordo. Tamanho de 10 cm x 10 cm	5010
11	Colagénio penso 25-30cm2	Matriz moduladora de proteases composta de colagénio, com celulose ou com alginato de cálcio,	225

		para tratamento interativo de feridas, sem rebordo. Tamanho de 25 cm ² até 30 cm ²	
12	Silicone penso transp rede 7,5x10cm	Matriz perfurada, impregnada/revestida unicamente com silicone, sem rebordo. Tamanho de 7,5 cm x 11 cm	630
13	Gaze gorda n/ aderente dedos	Malha revestida a silicone coberta por uma ligadura tubular para aplicação digital. Diâmetro entre 2,4 cm e 2,6 cm	225
14	Penso gordo n/ aderente 10x10cm	Matrix sintética, de algodão ou de acetato de celulose, de malha aberta, impregnada em parafina e/ou vaselina sem rebordo. Tamanho de 7,5 a 10 cm x 10 a 12 cm	2863
15	Poliuretano película 15 cm x10m	Película de poliuretano, adesiva, estéril, com adesivo. Impermeável à água e barreira antibacteriana. Rolo de 15cmx10mt	75
16	Gaze gorda n/ aderente est ind 10x20cm	Matrix sintética, de algodão ou de acetato de celulose, de malha aberta, impregnada em parafina e/ou vaselina sem rebordo. Tamanho de 10 a 15 cm x 20 cm	500
17	Poliuretano calcanheira	Espuma de poliuretano para o calcanhar, composto de 2 ou mais camadas, com proteção dos maléolos, alça de espuma para fixação. Tamanho entre 200 cm ² e 230 cm ²	1010
18	Poliuretano espuma 5x5cm penso	Espuma de poliuretano sem bordos selados composto de 3 ou mais camadas, entre elas uma camada de interface lipofílica ou siliconizada sem rebordo. Tamanho de 5 cm x 5 cm	1000
19	Poliuretano espuma 10x10cm penso	Espuma de poliuretano sem bordos selados composto de 3 ou mais camadas, entre elas uma camada de interface lipofílica ou siliconizada sem rebordo. Tamanho de 10 cm x 10 cm.	2580
20	Poliuretano p est 15x15cm	Espuma de poliuretano sem bordos selados composto de 3 ou mais camadas, entre elas uma camada de interface lipofílica ou siliconizada sem rebordo. Tamanho de 15 cm x 15 cm	1125
21	Poliuretano espuma 20x20	Espuma de poliuretano sem bordos selados composto de 3 ou mais camadas, entre elas uma camada de interface lipofílica ou siliconizada sem rebordo. Tamanho de 20 cm x 20 cm	450
22	Poliuretano e silicone para calcâneo	Espuma de poliuretano para o calcanhar sem rebordo, composto de 3 camadas: uma camada de contacto com a ferida em silicone ou lipofílica, uma camada interna de poliuretano absorvente e uma película	460

		exterior de poliuretano semipermeável. Tamanho de 13 a 15 cm x 20 a 22 cm.	
23	Poliuretano c/ silicone 15x15 penso	Espuma de poliuretano com fibras de celulose e poliacrilatos, composto de 5 camadas com rebordo de silicone e indicador de mudança de penso. Tamanho útil de 15 a 16 cm x 15 a 16 cm	1125
24	Poliuretano c/ silicone 10x10cm	Espuma de poliuretano, composta de 3 ou mais camadas, entre elas uma camada de interface lipofílica ou siliconizada, com rebordo de silicone. Tamanho útil de 9,5 a 11 cm x 9,5 a 11 cm	2270
25	Poliuretano p/traqueos n adesivo penso	Espuma de poliuretano sem bordos selados composto de 3 ou mais camadas. Camada média de poliuretano absorvente, camada externa de filme semipermeável e camada interna de interface de poliuretano microperfurado não aderente, com corte em T que permita a melhor adaptação da cânula no local de inserção.	500
26	Hidrocoloides 5x5cm penso top	Penso de hidrocolóide absorvente, autoadesivo, com uma camada externa semipermeável, sem rebordo. A matriz de hidrocolóide deve ser constituída por carboximetilcelulose e elastómeros. Tamanho de 5 cm x 5 cm	1380
27	Hidrocoloides 10x10cm penso top	Penso de hidrocolóide absorvente, autoadesivo, com uma camada externa semipermeável, sem rebordo. A matriz de hidrocolóide deve ser constituída por carboximetilcelulose e elastómeros. Tamanho de 10 cm x 10 cm	1855
28	Hidrocoloides 15x15cm penso top	Penso de hidrocolóide absorvente, autoadesivo, com uma camada externa semipermeável, sem rebordo. A matriz de hidrocolóide deve ser constituída por carboximetilcelulose e elastómeros. Tamanho de 15 cm x 15 cm	1110
29	Hidrocoloides 20x20cm penso top	Penso de hidrocolóide absorvente, autoadesivo, com uma camada externa semipermeável, sem rebordo. A matriz de hidrocolóide deve ser constituída por carboximetilcelulose e elastómeros. Tamanho de 20 cm x 20 cm	405
30	Hidrocoloides penso (sacro)	Penso de hidrocolóide absorvente para a região sacral, autoadesivo, com uma camada externa semipermeável, com rebordo adesivo. A matriz de hidrocolóide deve ser constituída por	455

		carboximetilcelulose e elastómeros. Tamanho útil de 8 a 14,5 cm x 10 a 19 cm	
31	Penso plástico aerossol 100ml	Copolímero de acrílico e acetato de etilo. Deve formar uma película transparente e permeável ao vapor de água. Recipiente pressurizado de 100 ml	25
32	Esponja de gelatina dental 10x10x10	Esponja dental de gelatina hemostática absorvível. Caixa de 20 a 30 unidades. Tamanho de 10 mm x 10 mm x 10 mm	54
33	Octenidina + fenoxietano sol top 1000 ml	Octenidina + Fenoxietanol, CHNM 10100077. Tamanho de 1000 ml	118
34	Octenidina + fenoxietano sol top 250 ml	Octenidina + Fenoxietanol apresentação em spray, CHNM 10100091. Tamanho de 250 ml	23
35	Esponja gelatina estéril un top	Esponja de gelatina hemostática absorvível. Tamanho de 70 a 80 mm x 50 mm x 10 mm	333
36	Colagenase 0,6ui/g pom top 30g	Colagenase 0.6 U/g pomada, CHNM 10030262. Bisnaga de 30 g	200
37	Protetor cutâneo spray top	Terpolímero de acrilato em spray. Recipiente de 25 ml a 30 ml	205
38	Protetor cutâneo terpolimero creme top	Terpolímero de acrilato em creme. Bisnaga de 92 g	50
39	Hidrocoloides gel top	Hidrogel constituído por propilenoglicol, com carboximetilcelulose sódica ou com alginato de sódio. Apresentação de 15 g	380
40	Ácidos gordos hiperoxigenados sol top	Solução de ácidos gordos hiperoxigenados. Tamanho de 20 a 30ml	64
41	Betaina+polihexamida frs top 350 ml	Solução para lavagem de feridas constituída por betaína a 0,1% e polihexamida a 0,1% em frascos de 350 ml	149
42	Carvão ativado 10x10cm penso	Penso sem rebordo para controlo de odor composto por três camadas: uma camada intermédia de carvão ativado envolto em duas camadas de tecido não tecido. Tamanho 10 cm x 10 cm	1110
43	Penso rápido hemostático top	Penso de fibras de celulose absorventes e propriedades hemostáticas. Camada externa de tecido não tecido. Tamanho de 38 mm x 38 mm	5000
44	Sutura cutânea adesiva	Tiras de sutura adesiva sintéticas e reforçadas para aumentar a durabilidade e resistência à tensão. Tamanho de 75 mm x 6 mm	400

45	Betaína + polihexamida gel top 30 ml	Gel para limpeza e hidratação de feridas constituída por betaína a 0,1% e polihexamida a 0,1% em bisnaga de 30ml	50
46	Hidrocoloides pasta top	Pasta cutânea, protetora, niveladora e vedante, constituída por pectina, gelatina e carboximetilcelulose, bisnaga de 60 gr	50
47	Hidrocoloides pó top	Pó protector cutâneo higroscópico de gelatina, pectina e carboximetilcelulose, frasco 28 gr	50

29.1. Para além das **CARATERÍSTICAS** supracitadas todos os bens deverão ainda cumprir os seguintes requisitos:

- 29.1.1.** Admite-se a variação até 10% nas medidas indicadas quando a especificação técnica não incluir um intervalo de tamanhos;
- 29.1.2.** Ser estéril e embalado individualmente, quando aplicável;
- 29.1.3.** Isentos de látex;
- 29.1.4.** Composto por material hipoalergénico;
- 29.1.5.** Impermeáveis às bactérias;
- 29.1.6.** Permitir as trocas gasosas;
- 29.1.7.** Ser isento de partículas tóxicas;
- 29.1.8.** Permitir a remoção sem causar traumatismos;
- 29.1.9.** Boa facilidade de manipulação e resistência;
- 29.1.10.** No caso de ser dispositivo médico, possuir CDM ou declaração do pedido de atribuição de CDM ao INFARMED.

30. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem ainda para o adjudicatário as seguintes obrigações especiais:

- a)** Realizar o fornecimento dos bens, nos termos previstos neste caderno de encargos;
- b)** Afetar ao fornecimento todos os meios e recursos, materiais e humanos necessários ao bom cumprimento do mesmo;
- c)** Permitir que a SCML acompanhe a execução do respetivo fornecimento, nomeadamente, que fiscalize ou audite, em qualquer momento, no âmbito e forma que entender, os bens objeto do presente procedimento;
- d)** Prestar atempadamente todas as informações relativas ao fornecimento dos bens que lhe sejam solicitadas pela SCML, nomeadamente, pontos de situação ao nível da recolha, execução e entrega dos bens;
- e)** Comunicar, imediatamente à SCML qualquer facto que ocorra que impeça ou altere os prazos de entrega dos bens;

- f) Manter inalteradas, durante a execução do contrato, as condições comerciais constantes da sua proposta.
- g) Assegurar o cumprimento do disposto na Portaria n.º 256/2016, de 28 de setembro, que contém as boas práticas de distribuição de dispositivos médicos;
- h) Garantir que o transporte e armazenagem cumprem todos os requisitos estabelecidos pela legislação europeia e nacional aplicável aos bens não estão ou serão contaminado por outros produtos ou materiais, não são nem serão sujeitos a condições inapropriadas de calor, frio, luz, humidade ou outros fatores adversos, nem à ação de microrganismos ou agentes;
- i) Garantir a notificação por escrito à SCML relativamente a qualquer desvio ao processo normal de fabrico dos bens a fornecer e objeto do presente procedimento;
- j) Solicitar à SCML, no caso dos bens a fornecer serem retirados do mercado, a sua substituição por outro bem, de características idênticas. Para tal, deverá fundamentar e demonstrar essa equivalência por escrito, mantendo-se obrigatoriamente todas as condições contratuais, designadamente, os preços unitários contratados, sem prejuízo de serem rejeitados, no caso de não merecerem a aprovação da SCML.

31. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS BENS E LOCAIS DE ENTREGA

- 31.1. Apenas se aceita o fornecimento dos bens se o mesmo estiver de acordo com o descrito, e conforme as especificações indicadas na **cláusula 29.ª** do presente Caderno de Encargos.
- 31.2. As quantidades totais para cada um dos Lotes constantes na cláusula 29.ª do presente Caderno de Encargos são uma estimativa indicativa, e nesse sentido a SCML reserva-se o direito de não adquirir a sua totalidade, o que a ocorrer em caso algum conferirá ao Adjudicatário direito a ser indemnizado, seja a que título for.
- 31.3. No decurso da execução contratual, os bens serão requisitados à medida das necessidades verificadas em cada momento, através das respetivas notas de encomenda a emitir pela Unidade de Gestão de Contratos da Saúde.
- 31.4. Os bens serão entregues diretamente pelo Adjudicatário nos Serviços Farmacêuticos (HOSA E CMRA) da SCML;
- 31.5. Após a requisição da SCML, via fax ou correio eletrónico, a entrega dos bens, será efetuada no prazo máximo de **5 (cinco) dias seguidos**, e a sua entrega pode ocorrer em qualquer **dia útil** no seguinte horário: **das 09h00-13h00 e das 14h00-16h30**.
- 31.6. Os bens deverão ter uma validade mínima, que não pode ser inferior a **18 (dezoito) meses**, após entrega;
- 31.7. A nota de encomenda deverá conter os seguintes elementos:
 - 31.7.1. Designação do bem;
 - 31.7.2. Referência do Adjudicatário;

- 31.7.3.** Código CDM, quando aplicável, atribuído pelo INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.;
 - 31.7.4.** Quantidade (em unidades e por extenso);
 - 31.7.5.** Preço unitário e preço total;
 - 31.7.6.** Assinada pelo Responsável pela SCML que recebeu o material, datada e com carimbo do serviço.
- 31.8.** Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.
- 31.9.** O Adjudicatário não poderá fornecer bens que não constem do presente caderno de encargos, ou que não tenham sido requisitados pela SCML.

32. CONFORMIDADE DOS BENS

- 32.1.** Os bens a fornecer no âmbito do contrato a celebrar devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, e, em conformidade com as características constantes na cláusula 29. do presente caderno de encargos.
- 32.2.** O adjudicatário é responsável perante a SCML por qualquer desconformidade, defeito ou discrepância dos bens a fornecer, que existam no momento da respetiva entrega.
- 32.3.** Em caso de desconformidade dos bens, a SCML notificará o adjudicatário, o qual deverá proceder à substituição dos mesmos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

ANEXO A

**CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA
(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)**